

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Natalia MALUZA¹
Prof.^a Esp. Isabella NATAL

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de avaliação na educação infantil, refletindo sobre algumas formas de avaliação presentes no cotidiano escolar. A avaliação escolar é um instrumento indispensável para o acompanhamento da aprendizagem dos alunos e, para isso, o educador deve estar atento ao seu processo de avaliação, para desenvolver sua prática de maneira correta, contribuindo para a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, a avaliação deve ser feita mediante observação e registros, respeitando o processo de desenvolvimento infantil, as especificidades de cada aluno e o seu tempo para se desenvolver. A pesquisa bibliográfica foi a forma científica de abordagem escolhida para o estudo desenvolvido.

PALAVRAS-CHAVE

Avaliação da aprendizagem; Metodologia de ensino; Desenvolvimento da criança.

1. Introdução

Quando pensamos em avaliação, devemos pensá-la não somente em algo que existe dentro do campo pedagógico, mas uma prática constante do dia a dia, pois somos avaliados constantemente durante a nossa vida. Concepções diferentes são atribuídas, muitos veem a avaliação como algo classificatório para uma determinada série ou para um determinado emprego. Algumas pessoas sentem desconforto ou medo, pois durante os anos escolares a avaliação era uma forma de ameaça dos professores para os alunos, castigando-os de alguma forma. Para alguns professores, avaliar é julgar ao final de cada semestre o comportamento que a criança apresentou em determinado tempo, apenas como cumprimento de uma norma exigida pela escola, ou até mesmo um mero documento para fechamento de um ciclo, que tem prazo para ser finalizado.

Quando direcionamos o nosso olhar para a avaliação na educação infantil, também encontramos diversos problemas, pois alguns professores, para facilitar o trabalho, acabam utilizando relatórios padronizados, com os quais julgam as atitudes das crianças, ou buscam na internet relatórios prontos, desrespeitando a criança e suas particularidades, pois não levam em consideração o seu desenvolvimento e não retratam a observação do seu cotidiano. “Essa tarefa de registro cumprida burocraticamente aliada à ausência de formação teórica para analisar o que acontece com a criança, ou mesmo à pouca preocupação em observá-la no cotidiano, transforma a avaliação em preenchimento de registros sem significado pedagógico” (HOFFMANN, 1997, p. 13). Outro erro do professor é não conhecer o processo de desenvolvimento infantil, e por isso não sabe o que é adequado para uma criança de determinada idade.

¹ MALUZA, Natalia. Estudante de Pedagogia nas FIRA (Faculdades Integradas Regionais de Avaré) Avaré-SP, 2020, naty_maluza@hotmail.com

Assim, muitas vezes o docente acaba cobrando coisas que a criança ainda não consegue fazer, pois ainda não está na sua fase de desenvolvimento para tal ação. Erros como esses estão atrelados à má formação pedagógica e à falta de interesse em obter novos conhecimentos, pois muitos professores têm a mesma prática há anos e acreditam que essa seja a melhor forma de se trabalhar, tendo dificuldades em aceitar novas ideias e métodos.

Cada vez mais, surgem novas maneiras de se avaliar, é imprescindível que os docentes jamais deixem de buscar conhecimentos, pois a educação é algo mutável, que vive em constantes modificações, renovando sempre seu saber para tornar sua prática correta e justa.

2. Conceitos sobre a avaliação

Com o passar dos anos, a avaliação foi se tornando objeto de pesquisas e reflexões, e hoje temos diferentes atribuições sobre essa prática pedagógica. Segundo Cipriano Luckesi (2011), a avaliação é um suporte para a aprendizagem. Jussara Hoffmann (2011) diz que avaliar é acompanhar o processo de construção de aprendizagem do aluno. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que é a legislação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro, em seu artigo 24, a avaliação deve ser “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996). Ou seja, a avaliação deve detectar os avanços, e demonstrar o desenvolvimento que o aluno vem apresentando no decorrer do processo, pensando naquilo em que o aluno realmente aprendeu, do que atribuir uma avaliação somente para dar uma nota aos alunos. Libâneo afirma que: “A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico e didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar” (1994, p.195).

De instrumento de análise do processo educacional, a avaliação tornou-se instrumento de dominação, de controle, de seleção social, de discriminação, de repressão, adquirindo até um caráter passional de vingança, de “acerto de contas” (VASCONCELLOS, 2005, p. 37). O autor ainda afirma que “A Avaliação deve ser reflexiva, relacional, compreensiva” (2005, p.80)

Segundo o dicionário Dicio (2020), avaliação é “Determinar o valor, o preço, a importância de alguma coisa”; e também: “Fazer uma consideração sobre algo, alguém ou sobre si mesmo; julgar-se ou considerar-se”.

Se existem tantos questionamentos sobre a avaliação, uma dúvida ainda maior surge: por que avaliar? O professor deve avaliar para “delinear a continuidade da ação pedagógica, respeitando a criança em seu desenvolvimento, em sua espontaneidade na descoberta de mundo e oferecendo-lhe um ambiente de afeto e segurança para suas tentativas” (HOFFMANN, 1997, p. 39). Perante isso, compreendemos que a avaliação é essencial, pois é assim que se descobre se os alunos estão aprendendo, qual seu grau de dificuldade, se o trabalho em sala está funcionando, ou se é necessário refazer o planejamento e aplicar outros métodos de ensino.

2.1 Modalidades de avaliação presentes no cotidiano escolar

A avaliação nos moldes tradicionais é vista como aplicação de provas, atribuição de notas, visando a memorização de conteúdo, principal foco da aprovação ou reprovação; o professor é uma figura autoritária, dotado de saberes inquestionáveis; é ele quem transmite conhecimento, e somente alunos aprendem com professores, não existindo uma relação afetiva com o professor. Essas características resultam numa avaliação sentenciosa e classificatória, portadora de julgamentos, seleção, exclusão e comparações entre um aluno e outro, que infelizmente persiste nas práticas de ensino por alguns professores.

A Avaliação Diagnóstica tem a função de diagnosticar conhecimentos prévios dos alunos, com o propósito de detectar e verificar possíveis problemas na aprendizagem e o que esses alunos ainda não sabem. Geralmente a avaliação diagnóstica é aplicada no início do ano letivo ou quando se vai iniciar uma matéria nova; ela pode ser aplicada de diversas formas como uma atividade em folha, diálogos e roda de conversa, desenhos, jogos e brincadeiras, ou até mesmo uma avaliação escrita dependendo do grau de ensino que se encontra os alunos. O planejamento também pode ser embasado através da avaliação diagnóstica, é necessário compreender o que os alunos já sabem e o que não sabem, para dar um ponto de partida ao trabalho pedagógico não adianta por exemplo, dar início a um trabalho com formação de sílabas se eles ainda não conhecem as letras.

A Avaliação Somativa busca classificar o estudante, de acordo com o seu nível de conhecimento e aproveitamento ao fim do período do ano letivo, geralmente essa avaliação se faz presente nos boletins do quarto bimestre ou nos históricos escolares.

A Avaliação Formativa tem a função de analisar os objetivos previstos, resultados alcançados e habilidades adquiridas, acompanhando o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e adequando a atuação docente de acordo com as realidades em sala; é essencial que nessa modalidade o professor utilize métodos de observação e registro, que não têm função de atribuir nota.

A Avaliação Mediadora oferece uma prática conjunta com afetividade entre educando e educador, visando o diálogo como forma de repensar e replanejar a sua didática, oferecendo aos alunos desafios e estímulos para o desenvolvimento do pensamento crítico. Nessa modalidade, o erro é visto como parte do processo para construção do conhecimento, tornando a aprendizagem mais significativa.

2.2 Educação infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, dividida em creche, para crianças de zero a três anos de idade, e pré-escola, para crianças de quatro e cinco anos. Antigamente, as creches eram instituições ligadas à assistência social, ou assistencialista, o objetivo era somente o cuidado, e isso era direito da mãe que trabalhava e não da criança. A pré-escola não era obrigatória e muitas crianças iniciavam a trajetória na escola pulando a etapa da educação infantil. Por muito tempo, a criança foi vista como incapaz, adulto em miniatura ou tábula rasa (desprovida

de conhecimento), por isso não existia nenhuma preocupação com o educar. Hoje, a criança é vista como participante ativa da vida em sociedade, que interpreta o mundo e age sobre ele, influencia e é influenciada pela cultura.

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro marco legal a definir como dever do estado a oferta de educação infantil, pública, gratuita e de qualidade para crianças de zero a seis anos de idade.

Segundo a LDB, em seu artigo 29, “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2015).

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), o papel da educação infantil é o cuidar, brincar e educar. A Base Nacional Comum Curricular (2017) atribui seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para essa modalidade de ensino, sendo elas; conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Portanto, a educação infantil é uma etapa de extrema importância para a formação do indivíduo, e cabe ao professor ter amplo conhecimento sobre seus alunos, a forma como aprendem e se desenvolvem, respeitando sempre o seu tempo.

2.3 O processo de desenvolvimento da criança

O professor deve compreender verdadeiramente o processo de desenvolvimento da criança, para que não cometa o erro de cobrar da criança habilidades que ela ainda não amadureceu. O processo de desenvolvimento infantil nada mais é que um processo pelo qual todas as crianças irão passar, que está relacionado ao desenvolvimento de habilidades que vão auxiliar a criança nos aprendizados do dia a dia, tornando a criança mais autônoma. Alguns desses desenvolvimentos são:

Desenvolvimento físico: Habilidades motoras como controle da cabeça, sentar-se, engatinhar, rolar, ficar em pé sem apoio, andar, pular, correr etc.

Desenvolvimento cognitivo: Habilidades que o cérebro desenvolve adquirindo a capacidade de processar informações e obter conhecimentos sobre o mundo, dentre eles o raciocínio, pensamento, linguagem, memória, atenção etc.

Desenvolvimento socioafetivo: Está relacionado ao desenvolvimento emocional, social e afetivo.

Piaget (2004), quando aborda os estágios no processo evolutivo da espécie humana, descreve o período sensório-motor (0 a 2 anos), durante o qual as crianças desenvolvem suas capacidades cognitivas por meio de percepções sensoriais e atividades motoras. A fase seguinte é designada por Piaget de pré-operatória (2 a 6 anos), marcada pela exploração, imaginação e curiosidade.

A avaliação na educação infantil deve levar em conta a compreensão dos estágios de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, sob pena de se tornar uma prática descontextualizada, que submete crianças a testes que não respeitam suas peculiaridades.

2.4 A avaliação na educação infantil

Muitas vezes, quando falamos em avaliação na educação infantil, profissionais sem experiência podem se perguntar: “como avaliar uma criança sem a existência de uma prova escrita?”, uma vez que na educação infantil não existe esse método de avaliação, pois nessa etapa de ensino a melhor forma de avaliar é a observação diária sobre o cotidiano da criança. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na seção II, artigo 31, item 1, determina que a avaliação deve ocorrer “mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”. Ou seja, não existe possibilidade de uma prova escrita na educação infantil, nem mesmo para a mudança de ciclo.

Os principais instrumentos de avaliação nessa etapa de ensino são a observação e o registro. A observação diária sobre a criança analisa qualitativamente o caminho que ela vai percorrer para desenvolver atividades; como se comporta em grupo, ou individualmente; seu comportamento perante os colegas, suas afinidades; como resolve um conflito, suas brincadeiras; estando atento às características individuais, focando sempre no que a criança tem de singular; analisando o que antes ela fazia com ajuda do professor ou outros colegas, e o que hoje faz sozinha. Nesse processo, é recomendada uma avaliação mediadora, que tem por objetivo observar a criança para que alcance seus objetivos socioafetivos e cognitivos, porém compreendendo a criança dentro do seu modo de construção do conhecimento e seu ritmo de maturação, como um ser único, que vive em constante aprendizagem, desde o seu nascimento. Para isso, é necessário respeitar suas especificidades, sua realidade, necessidades, observando seus limites, possibilidades e tentativas, sabendo que cada criança possui um tempo diferente para adquirir suas conquistas e compreender a evolução de seu pensamento.

O relatório de observação é a junção das anotações diárias do professor, registrando as experiências que foram realizadas no dia a dia, com foco no processo de desenvolvimento da criança, contendo pareceres descritivos, reflexivos e qualitativos. Ao relatar sobre uma criança, não devemos tratar algumas atitudes como definitivas, ou seja, a criança vive em constante mudança, e muda de um dia para o outro. Por exemplo, em um dia ela pode não saber dividir seus brinquedos, mas no outro ela já está dividindo, sem choro e sem gerar conflitos. Dessa forma, é importante falar sobre a evolução constante da criança. Por isso, é importante que o relatório contenha expressões como “seu progresso em; o avanço de; diminuíram consideravelmente; melhorou em; está mais ágil e agora; teve de superar” (HOFFMANN, 1997, p. 77). O relatório de observação deve dar sentido às vivências das crianças, com um olhar atento aos diferentes tipos de interesses presente em sua sala. Na maior parte das vezes, o professor relata como cada criança tem seu modo de explorar e descobrir um objeto qualquer.

Essa natureza espontânea do trabalho educativo em educação infantil transparece nos relatórios de avaliação à medida em que o contexto da observação e da ação educativa torna vivo e concreto o relatório do acompanhamento da criança, referindo-se a conquistas ou dificuldades das crianças relacionadas a atividades ou assuntos trabalhados” (HOFFMANN, 1997, p.72.)

A elaboração de relatórios de observação numa perspectiva mediadora, segundo Hoffmann (1997), deve seguir alguns enfoques:

1. Os objetivos norteadores da análise do desenvolvimento da criança transparecem nos relatórios?
2. Evidencia-se a interrelação entre objetivos socioafetivos e cognitivos a serem alcançados, áreas temáticas trabalhadas e a realização de atividades pela criança?
3. Percebe-se o caráter mediador do processo avaliativo?
4. Privilegia-se, ao longo do relatório, o caráter evolutivo do processo de desenvolvimento da criança?
5. Percebe-se o caráter individualizado no acompanhamento da criança.

Portanto, o relatório de observação nada mais é que a história do desenvolvimento da criança, seus avanços, dificuldades encontradas e como foram solucionadas, suas conquistas e os caminhos que percorreram para obter conhecimento sobre algo e se desenvolver. “Registros de avaliação significativos procuram documentar e ilustrar a história da criança no espaço pedagógico, sua interação com os vários objetos do conhecimento, sua convivência com os adultos e outras crianças que convivem com ela” (HOFFMANN, 1997, p. 51)

O professor não pode transformar o relatório de observação em uma forma de mostrar o trabalho realizado em sala para os pais e para a coordenação da escola em que atua, enfatizando muito mais as rotinas da sala e o trabalho desenvolvido; muito menos deve fazer descrições sobre a criança comparando-a a outra, sem compreender que nenhuma criança é igual a outra. Fazendo essas comparações, o professor está desrespeitando a criança dentro do seu processo de desenvolvimento. É essencial que o professor tenha plena consciência sobre o processo de desenvolvimento infantil, compreendendo que cada criança tem seu tempo para se desenvolver, garantindo o respeito às diferenças de cada criança.

2.5 O contraste entre as práticas tradicionais mais comuns de avaliação e os métodos sugeridos

Mesmo com esses instrumentos importantes de avaliação citados acima, algumas instituições ainda optam pelo uso de fichas padronizadas, pelas quais se classifica o aluno por três cores: verde, indicando que o aluno atingiu o nível de conhecimento adequado; amarelo, atingiu parcialmente; e vermelho, não atingiu. Geralmente, essa forma de registro é realizada ao final de cada bimestre e acompanha o aluno durante todos os anos escolares, podendo também ser anexada ao portfólio. Outra forma de avaliação que se pode observar é uma ficha única para o ano todo, havendo quatro espaços, um para cada bimestre, para anotar o que o professor acha relevante sobre o aluno, para apresentar posteriormente aos pais na reunião; por esse método, não há necessidade de acompanhar o aluno durante os anos seguintes, nem de ser entregue aos pais. Essas formas de avaliar trazem para a educação infantil o modelo de avaliação classificatória, tradicional e comparativa também presentes em outras modalidades de ensino. Muitas vezes, a pouca formação dos professores em relação à avaliação faz com que o uso de fichas como essa não seja questionado. “O que se diz sobre uma criança, as ‘verdades’ enunciadas, precisam ser repensadas, transformando-se em hipóteses a serem permanentemente investigadas através da observação e diálogo com as crianças, o que exige estudo e reflexão teórica” (HOFFMANN, 1997, p. 48).

Outra forma de avaliação comum nessa etapa de ensino é o uso do portfólio, que acompanha a criança pelos anos escolares, até o final do ciclo 1 ou final do ciclo da educação infantil (a depender da instituição); preenchido com atividades realizadas pela criança e registros realizados pelo professor, relatando o processo de evolução e desenvolvimento para a aprendizagem da criança. Perante isso, o professor deve ter cuidado quando analisa o portfólio do ano anterior e lê os relatórios realizados por outros professores, é recomendado que ele analise minuciosamente o trabalho pedagógico, sobre o que funcionou ou não com essa criança, para dar continuidade ao trabalho e ajudar nas dificuldades dos alunos, resgatando aquilo que não foi compreendido, e não dar mais importância aos julgamentos que foram atribuídos sobre ela, estando aberto para enxergá-la a partir de suas próprias concepções e não por algo que foi escrito pelo professor anterior.

Considerações finais

Algumas dessas práticas de avaliação precisam ser repensadas. Nos dias atuais, existem muitos estudos e reflexões sobre a avaliação em diferentes contextos, e isso dá ao professor oportunidades de formação continuada, buscando cada vez mais conhecimento para tornar sua prática de avaliar uma ação mediadora. De acordo com Jussara Hoffmann (2009), essa postura exige prestar muita atenção no aluno, conhecê-lo, ouvir seus argumentos, propor-lhe questões novas e desafiadoras, guiando-o por um caminho voltado à autonomia moral e intelectual.

É importante que o professor tenha comprometimento com o seu trabalho, oferecendo às crianças atividades desafiadoras, sempre atento às suas reações, realizações, diálogo e afeto, fazendo intervenção pedagógica sempre que necessário.

O professor deve realizar sua avaliação pensando em três tópicos importantes: o conhecimento (sobre os conceitos de avaliação e sobre seus alunos), a habilidade em saber fazer, e a atitude, pois não basta saber muito sobre a avaliação se, em sua prática no dia a dia, ele não tem uma postura correta. É necessário o docente refletir se está sendo justo, ou atribuindo a sua avaliação de acordo com o que ensinou; se está adaptando a avaliação para os que têm mais dificuldade; e se está pensando na igualdade ou na equidade. O professor não pode tornar a avaliação algo somente necessário aos alunos, mas ter a avaliação também como algo importante para si, com o objetivo de analisar o seu processo de atuação docente, refazendo seu planejamento com base naquilo que deu certo e o que não deu certo em relação à aprendizagem dos educandos, reorganizando sempre que necessário seu saber didático. E se, por exemplo, todos os alunos foram mal em determinada atividade, o professor deverá se questionar: “será que eu ensinei da maneira que deveria? Não é hora de repensar na minha prática enquanto docente e começar a mudar a minha ação docente?”

Dessa forma, conclui-se que a avaliação na educação infantil deve ser uma prática, mediadora, formativa e contínua, que tem por objetivo acompanhar os caminhos do desenvolvimento para a aprendizagem, utilizando como principal instrumento a observação e o registro, mantendo sempre a reflexão sobre sua prática, e respeitando o tempo de se desenvolver de cada criança.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed., atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1998.
- _____. **Lei 9394/96–Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394, acessado em 04 de abril de 2020.
- BRASIL; MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília-DF: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL; MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998.
- _____. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, 1994.
- DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/avaliar/>. Acesso em: 25/06/2020
- HOFFMANN, J. **Avaliação na educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre 1997.
- _____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- LIBÂNEO, J C. **Didática**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1964), 2004.
- VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da aprendizagem – Práticas de mudança: por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2005.